

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e Deveres Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direito à Vida, à Liberdade, à Igualdade, à Segurança e à Propriedade. Direitos Sociais. Nacionalidade. Cidadania. Garantias Constitucionais Individuais. Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos. **2. Da Administração Pública (artigos 37 a 41, Capítulo VII, Constituição Federal).**

Gabriel Dias Marques da Cruz

Facebook: Gabriel Marques

Contato: gabriel_dmc@yahoo.com.br

SUMÁRIO

1. Administração Pública (Capítulo VII)
2. Seção I – DISPOSIÇÕES GERAIS (Artigos 37 e 38)
3. **Seção II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS (Artigos 39 a 41)**

Administração Pública

Artigo 39, *caput*

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas
(Redação Original):

Administração Pública

Artigo 39, *caput*

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes
- **(Redação da EC 19/98):** eliminação do regime jurídico único e dos planos de carreira para servidores; com a ADI 2135 houve a suspensão da redação da EC 19/98 para recuperar Texto

Administração Pública

Artigo 39, §1º

- A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:
 - I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
 - II – os requisitos para a investidura;
 - III – as peculiaridades dos cargos.

§2º

- A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Administração Pública

Artigo 39, §3º

- Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§4º

- O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

Administração Pública

Artigo 39, §5º

- Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§6º

- Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Administração Pública

Artigo 39, §7º

- Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§8º

- A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do §4º.

Administração Pública

Artigo 40

- Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo;

Administração Pública

Artigo 40, §1º

- Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do §§3º e 17:
- I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

Administração Pública

Artigo 40, §1º

- II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

Administração Pública

Artigo 40, §1º, inciso III

- III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
 - a) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
 - b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Administração Pública

Artigo 40, §2º

- Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião da sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Administração Pública

Artigo 40, §4º

- É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:
 - I – portadores de deficiência;
 - II – que exerçam atividades de risco;
- III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§13

- Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Administração Pública

Artigo 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

- §1º -O servidor público estável **só perderá** o cargo:
 - I – em virtude de **sentença judicial transitada em julgado**;
 - II – mediante **processo administrativo** em que lhe seja assegurada ampla defesa;
 - III – mediante **procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de **lei complementar**, assegurada ampla defesa.

Administração Pública

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- §2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, **sem direito a indenização**, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- §3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável **ficará em disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- §4º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por **comissão instituída para essa finalidade**.